Boletim Notícias do Seguro | STF decide sobre créditos de carbono e seguros

?? O Supremo Tribunal Federal formou maioria contra o uso compulsório das reservas técnicas do setor segurador para financiar créditos de carbono. No Boletim Notícias do Seguro, você entende como essa decisão preserva os recursos que garantem o pagamento de indenizações e reforça a importância da segurança jurídica para o mercado de seguros brasileiro.

? Nesta edição, também acompanhamos os avanços da tramitação do projeto de lei que busca modernizar o Seguro Rural no Brasil. A proposta pretende ampliar a proteção aos produtores, fortalecer a gestão de riscos no agronegócio e contribuir para a segurança alimentar em um cenário cada vez mais impactado pelas mudanças climáticas.

? Direto de Lisboa, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, defende que o Brasil repense sua política industrial e incorpore o seguro como ferramenta estratégica para estimular investimentos, inovação, infraestrutura e desenvolvimento econômico sustentável. Entenda como a proteção securitária pode ajudar o país a enfrentar desafios e aproveitar oportunidades em um ambiente de transformação global.

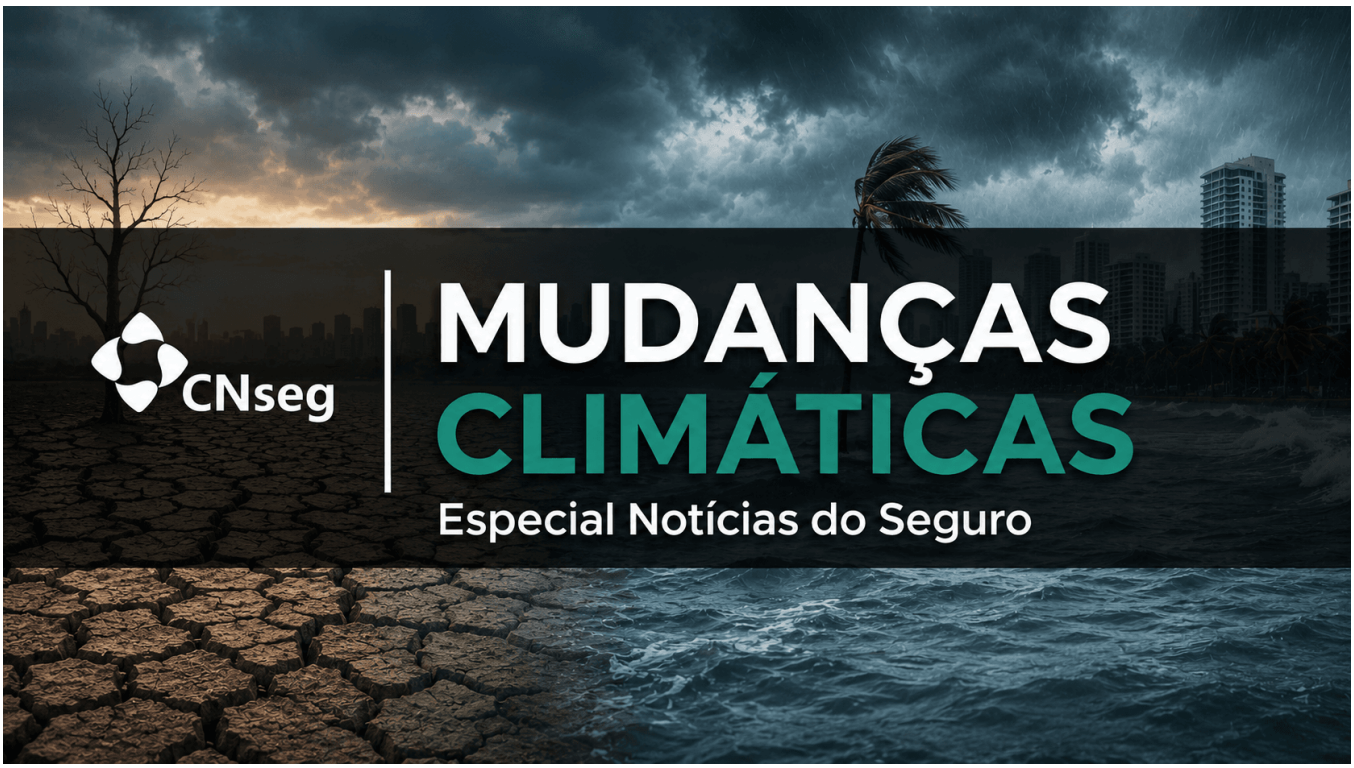
? Dê o play e acompanhe os principais fatos que movimentam o mercado segurador, a economia, o agronegócio e os debates sobre desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo.

? Gostou do episódio? Curta, compartilhe e siga o canal para receber novas edições e ajudar a ampliar a cultura do seguro no país.

? Ative as notificações para não perder nossos conteúdos exclusivos sobre seguros, previdência, capitalização, gestão de riscos, sustentabilidade e inovação.

YouTube – Spotify

Seguros ganham espaço na proteção da infraestrutura diante dos riscos climáticos



- A crescente frequência de eventos climáticos extremos está ampliando a necessidade de incorporar mecanismos de proteção financeira aos projetos de infraestrutura no Brasil. O tema foi debatido durante o painel “Os desafios da infraestrutura no Brasil”, realizado no Fórum BandNews B3, que reuniu representantes do setor financeiro, infraestrutura, saneamento e seguros.
- Ao longo do debate, especialistas destacaram que enchentes, secas, interrupções operacionais e outros impactos associados às mudanças climáticas passaram a influenciar diretamente a viabilidade econômica de projetos de longo prazo, exigindo novas formas de gestão de riscos, financiamento e proteção patrimonial.
- Nesse contexto, o setor segurador foi apontado como um dos agentes capazes de fortalecer a resiliência da infraestrutura brasileira, ampliando a capacidade de resposta diante de eventos extremos e contribuindo para a atração de investimentos.

Infraestrutura enfrenta novos riscos climáticos

A diretora de Sustentabilidade da CNseg, Cláudia Prates, destacou que os riscos climáticos deixaram de ser eventos excepcionais para se tornar um fator permanente de planejamento.

Segundo ela, estudos realizados pela CNseg identificaram um déficit de proteção securitária próximo de 90% no Brasil quando se analisam os prejuízos associados a eventos climáticos extremos.

“Grande parte da infraestrutura brasileira ainda não possui proteção adequada para eventos climáticos. Isso significa que, quando ocorrem desastres, os custos acabam recaindo principalmente sobre governos, empresas e a sociedade”, afirmou.

A executiva explicou que muitos contratos de infraestrutura foram estruturados em um período no qual os efeitos das mudanças climáticas ainda não eram considerados de forma relevante nos modelos de risco.

Hoje, porém, a situação é diferente.

“O aumento da temperatura global e a aceleração dos eventos extremos transformaram o risco

climático em um elemento central para o fluxo de caixa dos projetos", observou.

Seguros podem ampliar a segurança dos investimentos

Durante o painel, foi destacado que projetos de infraestrutura dependem de contratos de longo prazo, frequentemente superiores a 30 anos.

Para atrair investidores nacionais e internacionais, é necessário oferecer previsibilidade financeira e mecanismos que reduzam a exposição a riscos não controláveis.

Nesse cenário, o seguro passa a desempenhar papel estratégico.

Além de proteger ativos físicos, as coberturas securitárias ajudam a reduzir incertezas associadas a eventos climáticos, interrupções operacionais e prejuízos financeiros decorrentes de desastres naturais.

Segundo Cláudia Prates, o setor segurador pode atuar em diferentes camadas de proteção, compartilhando riscos com financiadores, resseguradoras e poder público.

"O seguro não substitui políticas públicas nem investimentos em adaptação climática. Mas ele pode funcionar como um instrumento importante para aumentar a resiliência econômica dos projetos", explicou.

PPPs e concessões precisam incorporar o risco climático

Outro ponto destacado foi a necessidade de incluir os riscos climáticos desde a fase de estruturação das parcerias público-privadas (PPPs) e concessões.

A avaliação dos participantes é que eventos extremos devem ser considerados na modelagem financeira, nas matrizes de risco e nos mecanismos de mitigação previstos em contrato.

Para apoiar esse processo, a CNseg participou da elaboração de um manual voltado a PPPs e concessões em parceria com órgãos federais, reunindo orientações sobre coberturas securitárias e gestão de riscos aplicáveis a projetos de infraestrutura.

A proposta é ampliar o conhecimento sobre os instrumentos disponíveis e estimular a utilização de soluções que fortaleçam a segurança dos empreendimentos.

Dados climáticos ganham importância no planejamento

Os debatedores também ressaltaram a importância crescente das informações climáticas para o desenvolvimento da infraestrutura.

Ferramentas de modelagem de risco, projeções meteorológicas e plataformas públicas de monitoramento permitem avaliar com maior precisão a exposição de ativos a enchentes, secas, aumento do nível do mar e outros eventos extremos.

No caso do saneamento, por exemplo, a necessidade de garantir segurança hídrica em um cenário de mudanças climáticas já influencia o planejamento de investimentos de longo prazo.

Segundo os participantes, incorporar essas informações desde a fase inicial dos projetos tende a reduzir perdas futuras e aumentar a eficiência dos investimentos.

Resiliência como requisito para o futuro

O debate reforçou que infraestrutura, clima e seguros estão cada vez mais conectados.

À medida que eventos extremos se tornam mais frequentes e severos, cresce a necessidade de combinar planejamento, engenharia, financiamento e proteção securitária para garantir a continuidade dos serviços essenciais e a segurança dos investimentos.

Para os especialistas, a construção de uma infraestrutura mais resiliente exigirá não apenas mais recursos, mas também uma visão integrada de riscos capaz de preparar o país para os desafios climáticos das próximas décadas.

Mudanças climáticas impulsionam debate sobre expansão do seguro rural no Brasil e em Portugal



Especialistas defendem maior integração entre seguro rural, crédito agrícola e políticas públicas para ampliar a proteção do agronegócio diante dos eventos climáticos extremos

O aumento da frequência e da intensidade dos eventos climáticos extremos está pressionando os sistemas de proteção ao agronegócio e exigindo novos modelos de gestão de riscos. A avaliação foi compartilhada por representantes dos setores de seguros, crédito e políticas agrícolas do Brasil, Portugal e Espanha durante painel dedicado ao seguro rural e à resiliência climática realizado no Fórum de Seguros Brasil-Portugal em Lisboa, dia 3 de junho.

Os participantes defenderam uma maior integração entre seguros, crédito rural, tecnologia e políticas públicas para ampliar a proteção dos produtores e garantir a sustentabilidade da produção agrícola diante das mudanças climáticas.

Eventos climáticos extremos ampliam os desafios do agronegócio

Ao abrir o debate, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, destacou que Brasil e Portugal enfrentam desafios semelhantes na busca por soluções capazes de reduzir a vulnerabilidade do setor agrícola.

Segundo ele, os eventos climáticos extremos praticamente dobraram no Brasil na última década. Enquanto a média anual era de aproximadamente 2.500 ocorrências em anos anteriores, o país

passou a registrar cerca de 4.500 eventos por ano nos últimos cinco anos.

“O maior problema hoje da agricultura brasileira não é mais o acesso ao crédito. O maior desafio passou a ser a gestão dos riscos, especialmente os riscos climáticos.”

Dyogo ressaltou ainda a relevância estratégica do agronegócio para a economia brasileira. A produção agropecuária responde por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto toda a cadeia do agronegócio representa mais de um quarto da atividade econômica nacional.

Seguro rural ainda possui baixa cobertura no Brasil

Apesar da importância econômica do setor, a cobertura securitária permanece limitada.

Segundo o presidente da CNseg, apenas 2,3% da área produtiva brasileira contava com proteção por seguro rural no ano passado.

Para ele, o modelo historicamente baseado em renegociações de dívida e apoio estatal após perdas climáticas tende a se tornar cada vez mais difícil de sustentar.

“O produtor muitas vezes continua contando com mecanismos de renegociação de dívidas ou apoio estatal após as perdas, mas esse modelo se torna cada vez mais difícil de sustentar diante das restrições fiscais.”

Crédito rural e seguro devem caminhar juntos

Durante o debate, Dyogo Oliveira defendeu uma aproximação mais estreita entre operações de crédito e contratação de seguros agrícolas.

Segundo ele, o principal risco das operações de financiamento rural é justamente o risco climático, o que justificaria mecanismos de incentivo ou mesmo condicionantes para estimular a contratação de cobertura securitária.

“O financiador deveria exigir proteção para o principal risco da atividade que está financiando. Isso já acontece há décadas em outras modalidades de crédito.”

O executivo também destacou a tramitação de proposta legislativa que busca conferir maior estabilidade aos recursos destinados à subvenção do seguro rural, fator considerado essencial para ampliar a cobertura e reduzir custos para os produtores.

Portugal busca ampliar a proteção dos agricultores

O presidente do conselho diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), Luís Souto Barreiros, afirmou que os riscos climáticos vêm adquirindo dimensões que ultrapassam a capacidade das políticas tradicionais de resposta.

Segundo ele, embora Portugal possua diferentes instrumentos de apoio ao setor agrícola, os seguros ainda têm participação relativamente limitada na estratégia de gestão de riscos.

Barreiros destacou ainda a importância de mecanismos europeus de resseguro e de soluções supranacionais capazes de ampliar a cobertura e reduzir custos para os produtores rurais.

Espanha apresenta modelo de referência internacional

A experiência espanhola foi apresentada por Silvia Marques dos Santos, diretora de Produção e Marketing da Agroseguro.

Segundo ela, o modelo espanhol é frequentemente citado como referência internacional devido à

combinação entre estabilidade regulatória e forte cooperação público-privada.

Criado em 1978, o sistema reúne governo central, administrações regionais, organizações de produtores e um pool de seguradoras que compartilham riscos e ampliam a capacidade de proteção.

“O compartilhamento de riscos é um elemento essencial. Individualmente, nenhuma seguradora conseguiria absorver sozinha o volume de exposição existente atualmente.”

A executiva alertou, porém, que as mudanças climáticas vêm alterando profundamente a lógica tradicional de precificação dos seguros agrícolas. Eventos extremos tornaram-se mais frequentes, menos previsíveis e menos concentrados em determinadas épocas do ano.

Inteligência artificial e adaptação climática entram na agenda do seguro rural

Para responder a esse novo cenário, seguradoras vêm investindo em modelos preditivos, inteligência artificial e ferramentas avançadas de análise de dados. O objetivo é compreender melhor a evolução dos riscos e aperfeiçoar os mecanismos de proteção.

Ao encerrar o debate, os participantes convergiram na avaliação de que a expansão do seguro rural, embora necessária, não será suficiente por si só.

Segundo a diretora de Sustentabilidade do Crédito Agrícola, Filipa Saldanha, a adaptação climática exige a combinação de seguros, financiamento e investimentos em práticas mais resilientes, como agricultura regenerativa, eficiência hídrica e modernização das propriedades rurais.

A conclusão compartilhada pelos especialistas foi que a construção de uma agricultura mais resiliente dependerá de uma atuação integrada entre produtores, seguradoras, instituições financeiras e governos, além do fortalecimento da cooperação internacional entre países como Brasil, Portugal e Espanha.

Dados climáticos e cooperação são essenciais para ampliar a proteção contra catástrofes



Especialistas defendem inteligência climática, compartilhamento de dados e novas soluções de seguro para reduzir vulnerabilidades e fortalecer a resiliência das sociedades

A construção de uma cultura de prevenção baseada em dados, tecnologia e cooperação entre governos, seguradoras, resseguradoras e instituições de pesquisa foi apontada como um dos principais desafios para ampliar a proteção da sociedade diante dos eventos climáticos extremos.

O tema foi debatido durante o painel **“Dados e Inteligência Climática”**, realizado no Fórum de Seguros Brasil-Portugal: Colaborar para Adaptar, promovido pela CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras) e pelo Grupo Fidelidade, com apoio da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) em 3 de junho em Lisboa.

Os participantes destacaram que o fortalecimento da inteligência climática será fundamental para melhorar a prevenção de desastres, ampliar a proteção financeira e apoiar decisões públicas e privadas em um cenário de crescente exposição aos riscos associados às mudanças climáticas.

Dados climáticos ganham papel estratégico na gestão de riscos

O membro do Conselho Consultivo da CNseg e conselheiro da EZZE Seguros, Antonio Trindade, destacou que a evolução tecnológica ampliou significativamente a quantidade de informações meteorológicas e climáticas disponíveis para o mercado.

Segundo ele, o desafio atual não está mais na falta de dados, mas na capacidade de organizar, validar e transformar essas informações em ferramentas efetivas para prevenção e gestão de riscos.

“Hoje temos uma quantidade enorme de informações disponíveis. O grande desafio é garantir a confiabilidade desses dados, estruturá-los de forma organizada e educar o mercado segurador para utilizar essas informações na construção de soluções de proteção.”

Para Trindade, a qualidade dos dados se tornou um fator estratégico para o desenvolvimento de produtos mais eficientes e para o aperfeiçoamento dos processos de subscrição de riscos climáticos.

Plataforma da CNseg busca fortalecer inteligência climática

Durante sua apresentação, o executivo ressaltou que muitas seguradoras ainda demonstram cautela ao atuar em riscos relacionados a eventos climáticos extremos devido à magnitude das perdas potenciais e à complexidade de sua modelagem.

Nesse contexto, ele destacou uma iniciativa conduzida pela CNseg para consolidar informações relacionadas a riscos climáticos.

A proposta prevê a criação de uma plataforma voltada à integração e análise de dados sobre eventos extremos, com foco inicial em:

- inundações;
- secas;
- perdas econômicas associadas;
- exposição de ativos;
- vulnerabilidades regionais.

Segundo Trindade, a iniciativa pretende contribuir para três objetivos centrais:

- fortalecer ações preventivas;
- aprimorar a precificação dos riscos;
- ampliar a capacidade de proteção oferecida pelo mercado segurador e ressegurador.

“A ideia é construir uma base de dados capaz de apoiar ações preventivas, melhorar a subscrição dos riscos e atrair capacidade do mercado de resseguros para ampliar a proteção da sociedade.”

Seguro de Catástrofe pode ampliar proteção das populações vulneráveis

Outro tema que ganhou destaque foi a necessidade de ampliar a cobertura securitária para populações de baixa renda expostas a enchentes, deslizamentos e outros eventos extremos.

Para Trindade, o Brasil precisa avançar na construção de mecanismos de proteção financeira capazes de acelerar a recuperação das comunidades afetadas por desastres.

Nesse sentido, ele defendeu a criação de um modelo de Seguro de Catástrofe com caráter assistencial.

Segundo o executivo, o setor segurador possui condições de fazer os recursos chegarem às populações afetadas de forma mais rápida e eficiente do que muitos mecanismos tradicionais de resposta emergencial.

“O mercado segurador tem capacidade de fazer os recursos chegarem de forma mais rápida e eficiente às populações afetadas. Isso reduz a burocracia e permite uma resposta mais ágil diante das catástrofes.”

A proposta dialoga com iniciativas que vêm sendo discutidas internacionalmente para reduzir a chamada lacuna de proteção climática, especialmente entre grupos mais vulneráveis.

Planejamento territorial precisa incorporar os riscos climáticos

O pesquisador do Instituto Dom Luiz, Pedro Matos Soares, destacou que a adaptação climática exige mudanças na forma como cidades, infraestrutura e atividades econômicas são planejadas.

Segundo ele, a sociedade ainda tende a subestimar os custos associados à exposição crescente a eventos extremos.

Para o pesquisador, incorporar dados climáticos ao planejamento territorial é uma condição indispensável para reduzir vulnerabilidades e evitar perdas futuras.

A mesma avaliação foi compartilhada por Pedro Baptista, chefe da Unidade de Adaptação e Financiamento Climático da Agência para o Clima de Portugal.

Ele ressaltou que informações consistentes sobre perdas e danos são fundamentais para orientar políticas públicas, investimentos e estratégias nacionais de adaptação.

Cooperação entre governos, academia e mercado é fundamental

Ao longo do debate, os participantes convergiram na avaliação de que nenhuma instituição conseguirá enfrentar sozinha os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

A construção de sociedades mais resilientes dependerá do fortalecimento da cooperação entre:

- governos;
- academia;
- setor segurador;
- mercado de resseguros;
- organismos internacionais;
- setor financeiro.

Nesse cenário, a inteligência climática surge como uma ferramenta essencial para transformar dados em decisões mais eficientes, reduzir vulnerabilidades e ampliar a capacidade de resposta diante de eventos extremos.

Mais do que produzir informações, o desafio passa a ser utilizar esse conhecimento para proteger pessoas, empresas, infraestrutura e economias em um contexto de riscos climáticos cada vez mais complexos.

Especialistas defendem seguro como instrumento estratégico para adaptação climática e prevenção de desastres



Brasil e Portugal enfrentam lacunas de proteção superiores a 90%, enquanto eventos climáticos extremos ampliam prejuízos econômicos e pressionam governos, empresas e seguradoras

- O avanço das mudanças climáticas e o aumento da frequência de eventos extremos estão impondo novos desafios para governos, empresas e cidadãos. Mais do que indenizar perdas após desastres, o setor segurador pode desempenhar um papel decisivo na prevenção de riscos, na adaptação climática e na construção de sociedades mais resilientes.
- Essa foi uma das principais conclusões do painel **“Adaptação Climática e Resiliência”**, realizado no dia 3 de junho durante o Fórum de Seguros Brasil-Portugal: Colaborar para Adaptar, promovido pela CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras) e pelo Grupo Fidelidade, com apoio da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) em Lisboa.

Eventos climáticos extremos geram impactos econômicos crescentes

Ao abrir o debate, o CEO da Shiftify, Duarte Cordeiro, destacou o impacto financeiro cada vez maior dos eventos climáticos extremos.

Segundo ele, Portugal registrou prejuízos estimados em 5,3 bilhões de euros apenas durante os meses de janeiro e fevereiro deste ano, valor reportado pelo país à União Europeia.

“O tema climático não diz respeito apenas à temperatura global ou à biodiversidade. Estamos falando de impactos financeiros muito significativos e, em muitos casos, de impactos humanos.”

Para Cordeiro, grande parte dessas perdas decorre da crescente concentração de pessoas, infraestrutura e atividades econômicas em áreas vulneráveis.

O executivo defendeu investimentos em prevenção, ordenamento territorial e soluções baseadas na natureza como mecanismos capazes de reduzir significativamente os prejuízos futuros.

Ele também ressaltou a importância da obrigatoriedade dos seguros para riscos catastróficos e

sísmicos adotada recentemente em Portugal.

“Há uma pedagogia a ser feita, porque há quem entenda que isso é apenas mais um custo para a economia e para as pessoas, mas muitas vezes não compreendem o aspeto positivo da obrigatoriedade dessa proteção.”

Seguro pode estimular comportamentos mais resilientes

Na avaliação do diretor de Sustentabilidade da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares (EIOPA), Carlos Guiné, o setor segurador ocupa posição estratégica na adaptação climática porque sua atividade está diretamente relacionada à gestão e à precificação de riscos.

Segundo ele, a Europa enfrenta um expressivo déficit de proteção securitária contra catástrofes naturais. Em Portugal, a lacuna de proteção supera historicamente 90%, realidade semelhante à observada em diversos países.

“As alterações climáticas alteram a frequência e a severidade das catástrofes. O que observamos é um aumento insustentável das perdas.”

Guiné alertou que alguns mercados já começam a apresentar dificuldades para oferecer cobertura em determinadas regiões, seja pela indisponibilidade de produtos, seja pelos custos elevados dos seguros.

Para ele, as seguradoras possuem instrumentos importantes para incentivar comportamentos mais resilientes.

Entre eles estão:

- precificação adequada dos riscos;
- incentivos para adoção de medidas preventivas;
- desenvolvimento de produtos voltados à adaptação climática;
- reconstrução resiliente por meio do conceito de *build back better*.

“O preço da subscrição dos seguros é um transmissor de um sinal de risco. O que defendemos é que as seguradoras devem usar o preço para refletir a realidade do risco, mas também como forma de criar incentivos.”

O executivo também destacou a importância da educação financeira e securitária, além da necessidade de tornar os contratos mais claros e compreensíveis para os consumidores.

Brasil enfrenta déficit de proteção semelhante ao europeu

Representando a CNseg, a diretora de Sustentabilidade, Cláudia Prates, afirmou que o Brasil enfrenta desafios semelhantes aos observados na Europa, porém em uma escala ainda maior devido às dimensões territoriais do país.

Segundo estudo da Confederação, o Brasil registrou perdas médias de aproximadamente R$ 12 bilhões por ano entre 2020 e 2024 associadas a 67 eventos climáticos extremos oficialmente reconhecidos como situações de calamidade pública.

Esse número representa apenas uma pequena parcela dos cerca de 4.500 eventos climáticos registrados anualmente no país.

“No caso do Rio Grande do Sul, a tragédia recente demonstra que esses números vão saltar de forma muito acelerada e a necessidade de proteção não vai regredir.”

A executiva destacou que a lacuna de proteção securitária brasileira também gira em torno de

90%, fazendo com que grande parte dos custos de reconstrução recaia diretamente sobre governos, empresas e famílias.

Adaptação climática precisa substituir a lógica da reconstrução

De acordo com Cláudia Prates, o Brasil ainda investe muito mais na recuperação após desastres do que em medidas preventivas de adaptação climática.

Atualmente, os gastos com reconstrução são cerca de dez vezes superiores aos investimentos destinados à adaptação.

Para alterar esse cenário, ela defendeu uma atuação integrada entre:

- setor segurador;
- sistema financeiro;
- mercado de capitais;
- poder público.

Além das indenizações, a diretora ressaltou que as seguradoras possuem capacidade de influenciar decisões de investimento por meio da avaliação e da precificação de riscos.

Ela citou como exemplos a vulnerabilidade do agronegócio brasileiro aos eventos climáticos extremos e a baixa cobertura securitária de ativos públicos, como escolas, hospitais e infraestrutura de transporte.

Seguro Social de Catástrofe ganha relevância no debate

Entre as propostas defendidas pela CNseg está a criação de um Seguro Social de Catástrofe, mecanismo voltado à aceleração da recuperação econômica e social após grandes desastres.

A iniciativa busca ampliar a proteção da população e reduzir a dependência de recursos emergenciais dos governos diante de eventos climáticos cada vez mais frequentes e severos.

Ao final do painel, os participantes convergiram na avaliação de que adaptação climática, prevenção de perdas e ampliação da cobertura securitária serão elementos centrais para reduzir vulnerabilidades, proteger a população e fortalecer a resiliência econômica nas próximas décadas.

Mais do que uma ferramenta de indenização, o seguro foi apresentado como um instrumento estratégico para ajudar sociedades a conviverem com os riscos de um clima em transformação.

Fórum de Seguros Brasil-Portugal reforça papel do setor na construção da resiliência climática



Evento promovido pela CNseg e pelo Grupo Fidelidade destaca o seguro como instrumento de adaptação climática, prevenção de perdas e fortalecimento da resiliência econômica e social

- A adaptação às mudanças climáticas e o fortalecimento da resiliência das economias estiveram no centro da abertura do 1º Fórum de Seguros Brasil-Portugal: Colaborar para Adaptar, realizado em 3 de junho, em Lisboa.
- Promovido pela CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras) e pelo Grupo Fidelidade, com apoio da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o encontro reuniu lideranças dos dois países para discutir o papel estratégico do setor segurador diante da crescente frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos.
- A mensagem predominante na sessão de abertura foi clara: o seguro vai além da reparação de perdas. Em um cenário marcado por enchentes, secas, incêndios florestais e tempestades cada vez mais severas, o setor passa a ocupar posição estratégica na adaptação climática, na prevenção de riscos e na construção de sociedades mais resilientes.

Cooperação entre Brasil e Portugal ganha relevância diante dos desafios climáticos

Representando o governo brasileiro, o embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro, destacou que a iniciativa fortalece a cooperação bilateral em um tema cada vez mais relevante para os dois países.

Segundo ele, o setor segurador desempenha papel fundamental na organização das expectativas econômicas, na viabilização de investimentos e na construção da confiança necessária ao desenvolvimento sustentável.

“A busca por soluções que promovam adaptação, proteção financeira e resiliência sistêmica é uma agenda que se impõe com urgência entre Brasil e Portugal”, afirmou.

Carreiro também chamou atenção para a necessidade de ampliar mecanismos de proteção diante dos eventos climáticos extremos e sugeriu que o setor avance nas discussões sobre novas formas de cobertura para trabalhadores de aplicativos, grupo que permanece altamente exposto a riscos e

com baixa proteção securitária.

Seguro é parte da solução para os riscos climáticos

O presidente do Conselho Diretor da CNseg, Roberto Santos, ressaltou que Brasil e Portugal compartilham desafios semelhantes e podem avançar conjuntamente em áreas como modelagem de riscos climáticos, inteligência de dados, desenvolvimento de produtos e estratégias de mitigação.

Ao citar episódios recentes, como as enchentes no Rio Grande do Sul e as tempestades registradas em Portugal, Santos destacou a necessidade de ampliar a capacidade de resposta das sociedades aos impactos das mudanças climáticas.

“Em um mundo cada vez mais exposto aos riscos climáticos, o seguro é parte essencial da solução. Não apenas na contenção dos danos e na reparação, mas também na prevenção.”

Segundo ele, a cooperação internacional entre mercados seguradores será cada vez mais importante para acelerar a construção de mecanismos de proteção e adaptação.

Adaptação climática exige ação coletiva

A mesma visão foi compartilhada por Rogério Campos Henriques, CEO do Grupo Fidelidade.

Para o executivo, o debate já não está centrado em discutir se as mudanças climáticas afetarão as economias, mas em como governos, empresas e cidadãos irão se adaptar a essa nova realidade.

“O seguro não existe apenas para responder quando algo acontece. Existe também para antecipar, reduzir vulnerabilidades, incentivar comportamentos mais resilientes e acelerar a recuperação quando os eventos efetivamente acontecem.”

Henriques destacou que a adaptação climática depende de uma mobilização coletiva envolvendo governos, empresas, universidades e sociedade civil.

Nesse contexto, afirmou que o setor segurador possui uma capacidade singular de transformar riscos em resiliência, contribuindo para economias mais preparadas para enfrentar eventos extremos.

Inteligência de dados, agronegócio e gestão de riscos

Ao longo da programação, especialistas brasileiros e portugueses discutiram temas como adaptação climática, inteligência de dados aplicada à gestão de riscos, proteção do agronegócio e mecanismos de fortalecimento da resiliência econômica.

Os debates reforçaram o protagonismo crescente do setor segurador nas discussões globais sobre mudanças climáticas, especialmente em um momento em que organismos internacionais avançam na definição de indicadores do Objetivo Global de Adaptação e na implementação das metas associadas à COP30.

A expectativa é que o mercado amplie sua contribuição para a redução das vulnerabilidades, a recuperação econômica após desastres e o financiamento de iniciativas voltadas à sustentabilidade.

Um novo espaço de cooperação para enfrentar riscos climáticos

Mais do que aproximar dois mercados, o Fórum de Seguros Brasil-Portugal nasce com a missão de fortalecer a capacidade de resposta das sociedades diante dos riscos climáticos e consolidar o seguro como um dos pilares da construção de um futuro mais resiliente.

A iniciativa reforça a percepção de que adaptação climática, proteção financeira e desenvolvimento sustentável são agendas cada vez mais conectadas — e que o setor segurador possui papel estratégico na construção dessas soluções.

Universalização do saneamento exigirá crédito, subsídios e proteção aos investimentos, diz CNseg



Debate no Fórum Jurídico de Lisboa destaca que o Brasil precisará ampliar investimentos, reduzir desigualdades regionais e fortalecer mecanismos de proteção para cumprir as metas do saneamento básico

- A universalização do saneamento básico no Brasil exigirá mais do que investimentos privados e metas regulatórias. Será necessário ampliar o acesso a crédito de longo prazo, direcionar subsídios para regiões mais vulneráveis e criar mecanismos capazes de oferecer segurança aos investidores.
- A avaliação foi apresentada por Hailton Madureira, diretor de Relações Institucionais da CNseg, durante o painel “Infraestrutura de Saneamento na Nova Ordem Sustentável”, realizado no Fórum Jurídico de Lisboa.
- Segundo o executivo, o desafio envolve garantir acesso à água potável para 99% da população brasileira e coleta e tratamento de esgoto para 90% dos brasileiros até 2033, conforme previsto no marco legal do saneamento.

Investimentos ainda estão abaixo do necessário

De acordo com Hailton Madureira, o volume atual de investimentos ainda não é suficiente para atingir as metas estabelecidas.

Hoje, os aportes anuais no setor permanecem abaixo de R$ 40 bilhões, enquanto a necessidade estimada supera R$ 56 bilhões por ano.

Para o executivo, a diferença evidencia a necessidade de ampliar fontes de financiamento e criar mecanismos que acelerem a execução dos projetos.

“O grande aprendizado do Luz para Todos foi resolver o dilema entre a velocidade da universalização e o impacto tarifário para a população. Em determinadas regiões, especialmente Norte e Nordeste, será necessário combinar crédito barato com recursos a fundo perdido para que as metas sejam alcançadas sem inviabilizar o acesso da população ao serviço”, afirmou.

Subsídios devem reduzir desigualdades regionais

Segundo o diretor da CNseg, a política de universalização precisará reconhecer as diferenças econômicas e geográficas existentes entre as regiões brasileiras.

Em áreas de maior densidade populacional, os investimentos tendem a apresentar retorno mais rápido. Já em municípios mais afastados ou de menor renda, os custos por usuário costumam ser significativamente maiores.

Nesse contexto, a utilização estratégica de subsídios públicos pode contribuir para reduzir desigualdades e acelerar a expansão dos serviços.

Segurança para investidores é parte da solução

Outro ponto destacado durante o debate foi a importância de criar um ambiente favorável para investimentos de longo prazo.

Projetos de saneamento envolvem contratos que podem durar décadas e exigem elevado volume de capital inicial. Por isso, previsibilidade regulatória, segurança jurídica e mecanismos de proteção financeira tornam-se fatores decisivos para atrair investidores.

Hailton Madureira ressaltou que o setor segurador possui papel relevante nesse processo.

“O investidor precisa ter segurança para colocar recursos em concessões que durarão décadas. E essa segurança passa por estruturas robustas de seguros.”

Segundo ele, o mercado segurador representa aproximadamente 6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e participa do financiamento de parte relevante da dívida pública nacional, possuindo capacidade para apoiar projetos estruturantes de infraestrutura.

Saneamento exige soluções integradas

Os demais participantes do painel reforçaram que os desafios do saneamento não são apenas financeiros.

O diretor jurídico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Walter Baère Filho, destacou que o setor reúne questões jurídicas, ambientais, econômicas e sociais que exigem coordenação entre diferentes agentes.

Já o presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), Rafael Rolim, afirmou que o principal desafio não está apenas nas metas, mas na capacidade de transformar projetos em obras efetivamente executadas.

“O mais importante é entender como vamos chegar lá. Não basta investir recursos sem conhecer a realidade social de cada região e sem uma modelagem adequada”, afirmou.

Saneamento vai além da infraestrutura

Durante o debate, o CEO da Águas do Rio, Anselmo Leal, reforçou que o saneamento deve ser compreendido como uma política de desenvolvimento social.

Segundo ele, os impactos da ampliação do acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário vão

muito além da infraestrutura física.

“Saneamento é saúde pública, é educação e é redução de desigualdades. Quando levamos água e esgoto para uma comunidade, os reflexos aparecem na frequência escolar, na saúde das crianças e na qualidade de vida da população.”

Universalização depende de planejamento de longo prazo

O painel mostrou que atingir as metas do marco legal do saneamento exigirá uma combinação de financiamento, proteção aos investimentos, segurança jurídica e políticas públicas direcionadas.

A discussão também evidenciou o papel que o mercado segurador pode desempenhar na viabilização de projetos de infraestrutura, reduzindo riscos e contribuindo para atrair capital privado para investimentos de longo prazo.

Mais do que uma meta regulatória, a universalização do saneamento aparece cada vez mais como uma agenda de desenvolvimento econômico, saúde pública e redução das desigualdades sociais no Brasil.

Rio Grande do Sul investe R$ 13,9 bilhões para enfrentar novos eventos climáticos extremos



Dois anos após a maior tragédia climática de sua história, o Rio Grande do Sul aposta em reconstrução resiliente, prevenção e tecnologia para reduzir perdas futuras

O Rio Grande do Sul intensificou os investimentos em prevenção e adaptação climática após as enchentes históricas de 2024. Por meio do Plano Rio Grande, o governo estadual destinou R$ 13,9 bilhões para obras, infraestrutura, monitoramento e ações voltadas à redução dos impactos provocados por eventos climáticos extremos.

A iniciativa busca aumentar a capacidade de resposta do Estado diante de enchentes, enxurradas e inundações, fenômenos que tendem a se tornar mais frequentes em um cenário de mudanças

climáticas.

Plano Rio Grande reúne mais de 200 projetos

Segundo o governo estadual, o programa conta atualmente com 227 projetos aprovados.

Dos R$ 13,9 bilhões previstos, R$ 4,2 bilhões já foram efetivamente aplicados em iniciativas concluídas. Os recursos restantes financiam obras e programas em execução.

Entre as principais ações estão:

- recuperação e reforço de estradas;
- reconstrução de escolas e hospitais;
- desassoreamento de rios;
- dragagem de hidrovias;
- instalação de radares meteorológicos;
- ampliação da rede de estações climáticas;
- implantação de sistemas de alerta à população;
- elaboração de planos municipais de contingência.

A estratégia busca reduzir tanto os impactos humanos quanto os prejuízos econômicos associados a desastres naturais.

Novo El Niño aumenta preocupação

A preparação ocorre em meio ao monitoramento das condições climáticas globais.

Projeções da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) indicam elevada probabilidade de formação de um novo episódio de El Niño ao longo de 2026.

Historicamente, o fenômeno está associado ao aumento das chuvas no Sul do Brasil e já esteve presente em eventos que provocaram grandes enchentes no Rio Grande do Sul.

O governador Eduardo Leite ressalta, porém, que o El Niño não explica sozinho os eventos extremos observados recentemente.

Segundo ele, fatores como frentes estacionárias e bloqueios atmosféricos também desempenham papel relevante na formação de episódios severos.

Reconstruir melhor para reduzir perdas futuras

Uma das diretrizes centrais do Plano Rio Grande é substituir a lógica da simples reconstrução pela chamada reconstrução resiliente.

A proposta consiste em adaptar a infraestrutura à nova realidade climática, tornando-a mais resistente a eventos futuros.

“Não basta reconstruir. É preciso reconstruir melhor e com mais resiliência”, afirmou Eduardo Leite.

Entre os exemplos citados está a reconstrução de pontes e rodovias utilizando estruturas mais elevadas e resistentes às cheias.

Na RSC-287, em Santa Maria, as obras incluem aterros reforçados com rochas e adaptações projetadas para suportar novos eventos hidrológicos de grande intensidade.

Soluções baseadas na natureza ganham espaço

Nem sempre a resposta passa por obras convencionais.

Em algumas regiões, o Estado tem adotado estratégias de reordenamento urbano e soluções baseadas na natureza.

Um dos exemplos é o projeto desenvolvido no bairro Passo de Estrela, em Cruzeiro do Sul. A área destruída pelas enchentes será convertida em parque, enquanto os moradores serão reassentados em locais considerados seguros.

A proposta busca reduzir a exposição permanente da população a áreas de risco e evitar ciclos repetidos de destruição e reconstrução.

O que a experiência do Rio Grande do Sul ensina sobre gestão de riscos

A experiência gaúcha reforça um tema cada vez mais presente no debate internacional: prevenir custa menos do que reconstruir.

Governos, empresas, seguradoras e organismos multilaterais vêm defendendo uma mudança de foco, priorizando investimentos em adaptação climática, monitoramento de riscos e infraestrutura resiliente.

Nesse contexto, mecanismos de proteção financeira — como seguros, resseguros e fundos para desastres — ganham importância ao lado das obras físicas.

A combinação entre prevenção, planejamento e proteção financeira é apontada por especialistas como um dos caminhos mais eficazes para reduzir perdas humanas e econômicas em um cenário de eventos climáticos cada vez mais frequentes.

Mudanças climáticas exigem novas estratégias de proteção

Os investimentos realizados pelo Rio Grande do Sul mostram como a adaptação climática deixou de ser uma discussão de longo prazo para se tornar uma necessidade imediata.

A experiência do Estado evidencia que enfrentar eventos extremos exige uma abordagem integrada, envolvendo infraestrutura, tecnologia, planejamento urbano, gestão de riscos e mecanismos de proteção econômica.

Mais do que reconstruir o que foi perdido, o desafio passa a ser construir territórios mais preparados para conviver com uma nova realidade climática.

Direto do Distrito Federal, um panorama do mercado segurador durante o mês de maio



CNseg se reúne com presidente do Senado para discutir desenvolvimento econômico e fortalecimento do setor segurador

A CNseg participou, em Brasília, de uma agenda institucional com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, para dialogar sobre o papel estratégico do setor segurador no desenvolvimento econômico e social do país. Durante o encontro, o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, entregou o documento "Propostas para um Brasil Mais Seguro e Desenvolvido", material que reúne contribuições do mercado segurador voltadas ao fortalecimento da estabilidade econômica, da proteção social e dos investimentos de longo prazo no Brasil.

STF acolhe pedido de inconstitucionalidade da CNseg sobre artigo que determinava o investimento compulsório das reservas técnicas em crédito de carbono

O Supremo Tribunal Federal acolheu, em 29 de maio, a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela CNseg contra o Art. 56 (*caput* e parágrafo único) da Lei nº 15.042/2024, que obrigava as seguradoras, entidades de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais à aplicação compulsória de, no mínimo, 0,5% de suas reservas técnicas e provisões em créditos de carbono. Para a CNseg, a aplicação compulsória em créditos de carbono colocaria em risco parte dessas reservas, que existem exclusivamente para fazer frente ao pagamento das indenizações e aposentadorias dos clientes.

Hailton Madureira assume a Diretoria de Relações Institucionais da CNseg

O novo executivo assumiu, neste mês de maio, a diretoria de Relações Institucionais da CNseg. Com trajetória consolidada no Executivo Federal, o engenheiro mecânico e mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) atuou no Tesouro Nacional. Antes de chegar à Confederação, ocupava o cargo de secretário-executivo do Ministério das Cidades, tendo exercido a mesma função no Ministério de Minas e Energia. Também foi secretário de Desenvolvimento e Infraestrutura no Ministério do Planejamento e subsecretário no Ministério da Fazenda.

Marcha dos Prefeitos: CNseg participa do principal evento de discussão de pautas municipalistas do país

Durante o encontro, que reuniu mais de 15 mil representantes dos mais de 5 mil municípios brasileiros em Brasília, a CNseg montou um *stand* para informar aos participantes sobre a importância do setor segurador diante das políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico das localidades brasileiras. Na ocasião, representantes da Confederação puderam apresentar iniciativas do setor. O superintendente de Negócios da CNseg, Marcos Roberto Garcia

Barretos, apresentou a ferramenta da Confederação que amplia a capacidade de prevenção a desastres climáticos nos municípios. Já o diretor de Assuntos Corporativos da CNseg, André Nunes, levou à Marcha dos Prefeitos a iniciativa de educação financeira em parceria com o UNICEF. Além disso, o diretor de Relações Institucionais da Confederação, Hailton Madureira, pôde destacar as ações do setor que podem auxiliar os municípios do Brasil na otimização do financiamento da gestão ambiental e climática municipal.

Saiba mais sobre a participação da CNseg na Marcha.

Nova Lei do Seguro abre caminho para ampliar proteção climática e parcerias público-privadas



- A ampliação da proteção securitária diante do aumento dos eventos climáticos extremos foi um dos principais temas debatidos durante o painel “O Marco Legal dos Seguros no Brasil frente à Nova Ordem Ambiental e Acordos Bilaterais”, realizado na XIV edição do Fórum de Lisboa.
- O encontro reuniu representantes do setor segurador, especialistas jurídicos e autoridades públicas para discutir como a Nova Lei do Seguro (Lei nº 15.040/2024) pode contribuir para fortalecer mecanismos de adaptação climática, prevenção de perdas e proteção financeira da população.

Mudanças climáticas exigem nova lógica de proteção

Durante o debate, Cláudia Prates, diretora de Sustentabilidade da CNseg, destacou que o Brasil ainda concentra grande parte dos recursos públicos na reconstrução após desastres naturais, enquanto investe relativamente pouco em medidas de adaptação climática.

Segundo ela, o setor segurador trabalha justamente na etapa anterior ao desastre, identificando riscos, precificando exposições e incentivando ações preventivas.

“Nos últimos cinco anos, o Brasil gastou muito mais em recuperação de emergências do que em adaptação climática. O setor público costuma atuar depois do evento, enquanto as seguradoras

olham o risco antes. Precisamos inverter essa lógica, com investimentos prévios e parcerias público-privadas", afirmou.

Nova Lei do Seguro favorece novos modelos de proteção

Para a diretora da CNseg, a Nova Lei do Seguro cria condições mais favoráveis para o desenvolvimento de mecanismos de compartilhamento de riscos entre setor público e iniciativa privada.

A executiva ressaltou que perdas associadas a enchentes, secas, ondas de calor e outros eventos extremos atingem volumes que dificilmente podem ser absorvidos apenas pelas seguradoras.

"O setor segurador sozinho não consegue arcar com perdas anuais bilionárias. É preciso participação pública para que haja uma divisão mais adequada dos riscos. A nova Lei de Seguros pavimenta esse caminho e facilita a construção de novos modelos de seguro com parcerias público-privadas", disse.

A discussão ganha relevância em um momento em que os eventos climáticos extremos afetam diretamente infraestrutura, saúde pública, atividades econômicas, cadeias produtivas e o orçamento de governos em diferentes níveis.

Seguro climático ganha importância na agenda de adaptação

Cláudia Prates também destacou que o mercado segurador está preparado para desenvolver novas soluções voltadas à mitigação e adaptação climática.

Entre as possibilidades estão seguros voltados para eventos climáticos extremos, proteção de infraestrutura crítica, cobertura para atividades produtivas expostas a riscos ambientais e mecanismos de financiamento associados à resiliência climática.

"O setor segurador está pronto para trabalhar novas modalidades, não apenas para mitigação de eventos climáticos, mas também para apoiar novos financiamentos ligados à adaptação climática. O objetivo é proteger a economia brasileira e, principalmente, as pessoas e as famílias", afirmou.

Eventos extremos exigem resposta estruturada

O deputado federal Fernando Monteiro (PSD-PE) defendeu que os impactos climáticos sejam tratados como prioridade permanente do Estado brasileiro.

Segundo ele, enchentes, secas, deslizamentos e outros eventos extremos deixaram de ser riscos distantes e passaram a fazer parte da realidade cotidiana das cidades brasileiras.

"O evento climático parecia distante, mas hoje bate à nossa porta todos os dias. Precisamos criar no Brasil uma consciência de que esse risco não está mais longe. Ele está presente na seca, na enchente, nos deslizamentos e nos impactos sobre as cidades", afirmou.

O parlamentar também defendeu o desenvolvimento de mecanismos de seguros voltados para catástrofes naturais, capazes de acelerar processos de recuperação e reconstrução.

"O mercado de seguros é fundamental para mudarmos essa realidade, porque quem mais entende de risco são as seguradoras e resseguradoras. Não estamos falando apenas de vender seguro, estamos falando de proteger vidas."

Segurança jurídica e previsibilidade também entram no debate

Os demais participantes do painel destacaram a importância da previsibilidade regulatória e da segurança jurídica para ampliar investimentos em proteção climática.

O advogado e professor Paulo Roque Khouri observou que o seguro pode funcionar como instrumento de redução de desigualdades quando associado a políticas públicas adequadas.

Já a advogada Karina Nunes Fritz destacou a necessidade de mecanismos que permitam revisar contratos diante de desequilíbrios supervenientes.

O diretor-presidente da GEAP Saúde, Douglas Figueredo, ressaltou que uma melhor compreensão dos riscos contribui para ampliar a previsibilidade e a sustentabilidade dos mercados.

O painel foi moderado pela desembargadora Renata Cabo e contou ainda com a participação de Humberto Dalla, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e coordenador acadêmico da FGV Justiça.

Seguros e adaptação climática: uma agenda que avança

O debate mostrou que a Nova Lei do Seguro chega em um momento em que a proteção contra riscos climáticos passa a ocupar posição estratégica na agenda econômica e social do país.

Mais do que indenizar perdas após uma catástrofe, o seguro é cada vez mais visto como instrumento de prevenção, planejamento e resiliência - capaz de apoiar famílias, empresas, municípios e governos diante de um cenário climático cada vez mais desafiador.

Leia ainda

. **O papel do seguro na reconstrução após desastres climáticos**

. **Seguro Paramétrico: solução rápida para desafios climáticos no campo, mas ainda com barreiras**

. **A semana no “Notícias do Seguro”: da Páscoa ao Seguro Paramétrico**

. **Brasil e Europa enfrentaram eventos extremos em 2024**

. **O que é a “Era da Resiliência” – e por que ela importa para o seguro**

Fonte: CNseg, em 03.06.2026